

# IMAGEM DE DEUS E ÉTICA

Natanael B. P. Moraes\*

## Resumo

O tema “imagem de Deus” tem despertado o interesse de diversos pesquisadores ao longo dos anos. O presente artigo procura oferecer uma breve visão dos principais sentidos que a expressão encerra. São discutidos os aspectos relacionados com “imagem de Deus” e corpo físico, razão, moralidade, liberdade, responsabilidade e, também, o sentido de “imagem de Deus” como operacionalização de concerto divino-humano. Além disto, também é estudado o princípio do amor, da fé e da gratidão como motivadores da obediência voluntária. O presente artigo também analisa o conceito de pecado como quebra do concerto e a restauração da imagem de Deus no ser humano através da pessoa de Jesus Cristo. Por fim, apresenta-se a implicação do tema para a ética cristã contemporânea.

## Abstract

The theme “image of God” has awakened the interest of many scholars along the years. The article attempts to offer a brief vision of the main orientation that the expression “image of God” entails. The aspects of the “image of God” related to the physical body, the reason, the morality, the liberty and the responsibility are discussed, as well as the meaning of the “image of God” as an operationalization of the divine-human covenant. The love, faith and gratitude principle as motivators of the voluntary obedience is also studied. The article analyzes the concept of sin as a covenant breaking and the restoration of the image of God in the human being through the person of Jesus Christ. Finally, it presents the theme’s implication for the contemporary Christian ethic.

## INTRODUÇÃO

A forma verbal “façamos”, hebraico *na'aseh*, na primeira pessoa do plural, indica que mais de uma pessoa tomou parte no planejamento da criação do ser humano.<sup>1</sup> Outro fato que contribui para fortalecer a noção de que mais de uma pessoa planejou

---

\*Natanael B. P. Moraes é professor na Faculdade de Teologia do SALT- IAENE e editor da Revista Teológica.

<sup>1</sup>A forma verbal “façamos”, hebraico *na'aseh*, encontra-se na primeira pessoa do plural do incompleto de Qal coortativo. Na tradução para o português, o coortativo é vertido para o subjuntivo. Visto que esta forma verbal, no hebraico, expressa a direção da vontade para uma ação,

e executou a obra da criação, é a utilização do substantivo “Deus” na forma plural hebraica *elohim*, que tanto pode ser traduzido por Deus, ou deuses.<sup>2</sup>

A igreja primitiva e os primeiros teólogos entendiam “façamos” como um indicativo da Trindade.<sup>3</sup> Em acréscimo, o possessivo “nossa”, associado com “façamos” em Gn 1:26, como plural de plenitude, também aponta para a Trindade.<sup>4</sup>

O ensino de que os membros da Divindade tomaram parte na criação do homem, está implícito em diversas passagens do Antigo Testamento, como Gn 3:22; 11:7; Dn 7:9, 10, 13, 14, a despeito da discordância de eruditos do passado<sup>5</sup> e do presente.<sup>6</sup> Contudo, é no Novo Testamento que a verdade aflora claramente (Jo 1:1-3, 14; 1Co 8:6; Cl 1:16, 17; Hb 1:2).<sup>7</sup>

---

conseqüentemente desejo, intenção, auto-encorajamento ou exortação, o fato de aparecer na primeira pessoa do plural procura fortalecer a resolução de despertar o desejo de outras pessoas. Assim, pois, a tradução “façamos” das versões ARC, ARA e BJ reflete a melhor forma de traduzir *na'aseh*. Para maiores informações técnicas sobre o tema, ver A. R. Crabtree, *Sintaxe do hebraico do Velho Testamento* (Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1951), 42-43; A. B. Davidson, *An Introductory Hebrew Grammar* (Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1956), 83.

<sup>2</sup>Jack B. Scott, “Elohim”, *Theological Wordbook of the Old Testament*, 1:44. Outro fato que contribui para a confirmação de que mais de uma pessoa tomou parte na criação do ser humano é a frase do verso 26: “Façamos o homem à nossa imagem...”, onde *elohim* é o sujeito oculto. A “figura pela qual uma palavra, expressa em determinada parte do período, é subentendida em outras (s) parte (s), posterior (es) ou anterior (es) àquela” é conhecida como zeugma. Aurélio B. de H. Ferreira, *Novo dicionário da língua portuguesa*, ed. 1986. Ver “Zeugma”.

<sup>3</sup>Claus Westermann, *Genesis 1-11*, O.T. Genesis Commentaries (Minneapolis, MN: Augsburg Publishing House, 1990), 144; Charles F. Keil, e Franz Delitzsch, *Biblical Commentary on the Old Testament*, The Pentateuch (Grand Rapids, MI: Eerdmans, s.d.), 1:62. Ver Francis D. Nichol, ed. *Seventh-day Adventist Bible Commentary (SDABC)*, (Washington DC: Review and Herald, 1976-1980), 1:216.

<sup>4</sup>Victor P. Hamilton, *The Book of Genesis, Chapters 1-17*, The New International Commentary on the Old Testament (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1990), 134.

<sup>5</sup>A partir de Filo, os comentaristas judeus geralmente afirmam que é utilizado o plural porque Deus está se dirigindo a Sua corte celestial, isto é, aos anjos. Conferir: Nahum M. Sarna, *Genesis, JPS Torah Commentary* (Nova Iorque: The Jewish Publication Society, 1989), 1:12; Gordon J. Wenham, *Genesis 1-15*, Word Biblical Commentary (Waco, TX: Word Books, 1987), 27; Hamilton, 133; Claus Westermann, *Genesis 1-11*, O.T. Genesis Commentaries (Minneapolis, MN: Augsburg Publishing House, 1990), 144.

<sup>6</sup>Comentaristas modernos percebem aqui um reflexo de relato politeísta. Wenham, *Genesis*, 28; Hamilton, 133. Outros opinam ser um plural de auto-deliberação ou plural majestático. Keil, e Delitzsch, 1:62.

<sup>7</sup>*SDABC*, 1:215. Ver Antônio N. Mesquita, *Estudo no livro de Gênesis* (Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1970), 88. Ver também o estudo sobre a relação dos temas “imagem de Deus” e Trindade em Hans U. V. Balthazar, *The Glory of the Lord*, 7 vols. (São Francisco, CA: Ignatius Press, 1991), 6:87, 95.

O significado etimológico de “imagem”, hebraico *tselem*, conforme von Rad é, “estátua, objeto esculpido”.<sup>8</sup> Segundo Balthasar, *tselem* “deriva da habilidade associada com artesanato; indica que alguma coisa foi cortada e esculpida, como é o caso das imagens de ídolos..., estátuas erigidas”.<sup>9</sup> Quando a palavra aparece na Bíblia, tem o significado de forma ou aparência (Sl. 73:20), expressando algo que é como uma sombra ou imagem (Sl 39:6), indicando a idéia de uma imagem material (2Rs 11:18; 1Sm 6:5, 11; Ez. 7:20).<sup>10</sup> Já “semelhança”, hebraico *demuth*, indica “semelhança, equivalência”,<sup>11</sup> de forma que o texto deve ser entendido com uma ênfase especial na noção de semelhança.<sup>12</sup> Para Ellen G. White, um dos aspectos da semelhança do homem com Deus consistia na ausência de pecado.<sup>13</sup>

A teologia tem desenvolvido diversos conceitos em torno da expressão “imagem de Deus”. Não iremos estudar todos os sentidos em que a expressão é interpretada. Destacaremos as principais idéias correlacionadas com ética e salvação.

### Imagem Como o Corpo Físico do Homem

A primeira noção relevante relaciona imagem de Deus e corpo físico do ser humano. Em sua forma física e no caráter, o homem se assemelha ao Criador.<sup>14</sup> Gênesis 5:3 confirma esta noção, quando declara que Adão “gerou um filho à sua semelhança, conforme a sua imagem”. Portanto, assim como Deus é um ser pessoal e tem uma forma física, do mesmo modo o ser humano por Ele criado tem uma forma física semelhante à d’Ele.

---

<sup>8</sup>Gerhard von Rad, *Teologia do Antigo Testamento* (São Paulo: Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, 1974), 1:152.

<sup>9</sup>Balthasar, *The Glory of the Lord*, 6:89.

<sup>10</sup>Mário Veloso, *O homem uma pessoa vivente* (São Paulo: Instituto Adventista de Ensino, 1981), 124.

<sup>11</sup>Rad, *Teologia do Antigo Testamento*, 1:152.

<sup>12</sup>Veloso, *Uma pessoa vivente*, 125.

<sup>13</sup>Ellen G. White, *Patriarcas e profetas* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1976), 54.

<sup>14</sup>Wenham, *Genesis*, 30. Ver também, Westermann, 149; Walther Eichrodt, *Teologia del Antigo Testamento* (Madri: Cristianidad, 1975), 2:122; Veloso, *Uma pessoa vivente*, 118; White, *Patriarcas e profetas*, 28; *Educação* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1977), 15.

### Imagem Como Razão Humana

A etimologia da palavra razão, proveniente do latim *ratio*, ou “relação”, aponta para a destacada função da mente humana em operacionalizar “relacionamentos” mentais.<sup>15</sup> Conforme Ferré, “nossa razão é nossa capacidade de responder intelectualmente à realidade”,<sup>16</sup> e, num sentido mais abrangente, a razão consistiria na “capacidade dinâmica de sistematizar, examinar, criar e criticar”.<sup>17</sup> Razão também é identificada com a habilidade de “pensar proposicionalmente”,<sup>18</sup> e expressar-se simbolicamente através da utilização da palavra,<sup>19</sup> seguindo uma “estrutura lógica”.<sup>20</sup>

Sob o ponto de vista religioso, a capacidade de raciocinar é um atributo divino concedido ao homem, “como o órgão da recepção da [Sua] Palavra”,<sup>21</sup> fato que o distingue como portador da imagem de Deus.<sup>22</sup> Esta faculdade o habilita a “conhecer e compreender a Deus, a Sua natureza, os Seus atos e a Sua vontade”,<sup>23</sup>

<sup>15</sup>Thomas Whittaker, “Reason”, *Encyclopaedia of Religion and Ethics (ERE)*, (Nova Iorque: Charles Scribner’s Sons, 1922), 10:593.

<sup>16</sup>Nels F. S. Ferré, *Faith and Reason* (Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers, 1946), 233.

<sup>17</sup>*Ibid.*, 24.

<sup>18</sup>O substantivo “proposição” provém do grego *prótesis*, que deu origem ao termo latino *propositio*. Nicola Abbagnano, *Dicionário de filosofia* (São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982), 768. Na lógica clássica, equivale à expressão verbal de um juízo, que na terminologia aristotélica significa a premissa de um silogismo e assinala a ordenação natural da proposição ao raciocínio. Roque Cabral, et al, eds., *Logos Enciclopédia luso-brasileira de filosofia* (Lisboa: Editorial Verbo, 1992), 4:455. Ou seja, proposição é a “unidade lingüística que representa um juízo”. André Lalande, *Vocabulário técnico e crítico de filosofia* (São Paulo: Martins Fontes, 1996), 873. Exemplificando, “a P. [proposição] difere do *problema* (v.) sobretudo pela forma: já que enquanto o problema consiste no perguntar-se: ‘É o homem animal terrestre bípede ou não o é?’, a P. [proposição] consiste na asserção ‘O homem é animal terrestre bípede’ ou na asserção contraditória”. Abbagnano, 769. Schaeffer relaciona a habilidade humana de verbalizar com a habilidade de pensar proposicionalmente: “O homem é um ser que verbaliza, e Deus pode comunicar-se com o homem verbalizando. O homem pensa de maneira proposicional, e [igualmente] Deus pode comunicar-se com o homem de maneira proposicional e verbalmente”. Francis A. Schaeffer, *Genesis in Space and Time* (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1972), 59.

<sup>19</sup>Thomas Whittaker, “Reason”, *ERE*, 10:593.

<sup>20</sup>Philippe Breton, “O Primeiro Computador Imitava o Cérebro Humano”, *Ciência Hoje* 21 (novembro/dezembro de 1996): 67.

<sup>21</sup>Emil Brunner, *Man in Revolt* (Londres: Lutterworth Press, 1942), 103.

<sup>22</sup>Tanto Agostinho, quanto Tomás de Aquino asseguravam que esta habilidade encontrada na “mente” e no “intelecto” dos homens constituía-se na imagem de Deus nos seres humanos. Agostinho *Lectures or Tractates on the Gospel According to St. John III.1.4* (NPNF, 7:20); Tomás de Aquino, *Da criação do homem e do lugar onde habitou (Suma teológica, Primeira Parte - Questões 90-105)*, 9:74-76. Por sua vez, White informa que, “cada ser humano criado à imagem de Deus, é dotado de certa faculdade própria do Criador - a individualidade - faculdade esta de pensar e agir”. *Educação*, 17.

<sup>23</sup>Dwight H. Small, *Design for Christian Marriage* (Old Tappan, NJ: Spire Books, 1971), 41.

especificamente, a “compreender o que Ele requer, a justiça e beneficência de Sua lei, e as santas reivindicações da mesma para com ele”.<sup>24</sup>

Nossa capacidade racional está vinculada à existência de uma lei moral fundamentada em princípios lógicos.<sup>25</sup> Na verdade, se não houvesse lei, não existiria razão e se não houvesse razão, não existiria liberdade de escolha, pois esta só pode ser exercida mediante a avaliação inteligente das possibilidades que se apresentam ao indivíduo pensante. Além do mais, se o homem tivesse sido criado sem a faculdade de raciocinar e sem a liberdade de escolha, ele não estaria habilitado a amar a Deus, porque só está apto a amar aquele que, através do uso da razão, escolhe responder ao amor de Deus com amor.<sup>26</sup>

Ser racional é ser semelhante a Deus, porque Ele é um ser racional. A ordem existente no universo atesta a racionalidade de Deus, o que pode ser exemplificado pelo relato da criação dos animais conforme a sua “espécie” (Gn 1:24).<sup>27</sup> Com isto, chega-se ao princípio básico, indispensável nas pesquisas tanto da ciência quanto da teologia moral, o princípio fundamentado na relação causa-efeito.<sup>28</sup> A vigência deste princípio, segundo atesta o bom senso, indica que antes de tomarmos decisões morais, precisamos avaliar primeiro a retidão da decisão, bem como as possíveis conseqüências de nossos atos.

Quando estivermos exercendo nossa faculdade de avaliação e julgamento, devemos raciocinar da causa para o efeito. Este é um princípio a ser aplicado, tanto

---

<sup>24</sup>White, *Patriarcas e profetas*, 45.

<sup>25</sup>Segundo Brunner, o “nosso pensamento racional é necessariamente legalístico. Este caráter legalístico é o que distingue a sua exatidão, é o que diferencia o pensamento da mera imaginação e fantasia. Só aquilo que é ensinado conforme a lei, conforme a norma, é de fato pensamento. Subjacente à lei moral da razão, encontra-se a lógica. Sem uma lei lógica, também não há razão moral”. *Man in Revolt*, 246.

<sup>26</sup>Brunner desenvolve a argumentação que interliga liberdade, amor e resposta a Deus: “Ele [Deus] é Quem deseja de mim uma livre resposta ao Seu amor, uma resposta que retorne o amor pelo amor, um eco vivo, uma reflexão viva de Sua glória”. *The Christian Doctrine of Creation and Redemption, Dogmatics*, vol. 2 (Londres: Lutterworth Press, 1952), II/55. A mesma interligação entre amor e liberdade é feita por Schaeffer: “Qualquer tipo de amor - do homem pela mulher e da mulher pelo homem, ou do amigo pelo amigo - está ligado à escolha. Sem escolha a palavra *amor* não tem sentido”. *Genesis*, 72.

<sup>27</sup>Schaeffer, *Genesis*, 58.

<sup>28</sup>Thomas R. Giles, *Introdução à filosofia* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980), 68-72.

por educadores,<sup>29</sup> quanto pelos esposos e pais,<sup>30</sup> na educação de crianças e jovens<sup>31</sup> seja na área da saúde<sup>32</sup> ou da moral. De modo especial, os jovens necessitam aprender a considerar a relação do princípio da causa e efeito nas questões relacionadas com o exercício da sexualidade, particularmente com as conseqüências das relações pré-mariais.<sup>33</sup>

A despeito das limitações provocadas pelo pecado, os homens ainda possuem o dom da racionalidade, a ser exercida em conformidade com as orientações providas pelas leis de Deus.

Imagem de Deus, Moralidade, Liberdade e Responsabilidade

Em que sentido liberdade e responsabilidade revelam a imagem de Deus no homem como ser moral? A resposta depende de um estudo destes termos.

<sup>29</sup>White aconselha: “todo professor que aceita a responsabilidade de educar as crianças e os jovens deve examinar-se a si mesmo e raciocinar criteriosamente da *causa para o efeito*”. *Fundamentos da educação cristã* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1975), 266. O mesmo princípio é aplicado aos nossos obreiros e médicos: que “raciocinem da *causa para o efeito*”. Ellen G. White, *Medicina e salvação* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, s.d.), 307. Grifo nosso.

<sup>30</sup>Quando trata das relações matrimoniais, White adverte: “Qual o resultado de dar livre curso às paixões inferiores?... A alcova, onde anjos de Deus não podem estar presentes, é profanada por práticas perversas. E porque domina deprimentemente animalismo, os corpos são corrompidos; práticas abomináveis levam a enfermidades abomináveis”. *O lar adventista* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1973), 124. O mesmo princípio, que parte da causa para o efeito, é aplicável às práticas sexuais: “o amor é um princípio puro e santo; a paixão luxuriosa, porém, não admitirá restrição, e não será ditada pela razão ou por ela controlada. É cega às conseqüências; não raciocina de *causa para efeito*”. *Ibid.*, 123-124. Grifo nosso.

<sup>31</sup>White indica que é dever dos professores ensinarem os jovens a “pensar suas ações, a raciocinar partindo da *causa para o efeito*, a comparar a perda ou ganho eterno com a vida dada para servir aos propósitos do inimigo ou dedicada ao serviço da justiça”. *Conselhos aos professores, pais e estudantes* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, s.d.), 198-199. Grifo nosso.

<sup>32</sup>“Ensinaí vossos filhos a raciocinar *da causa para o efeito*; mostrai-lhes que se violarem as leis de seu ser, deverão pagar a pena sofrendo a doença”. Ellen G. White, *Orientação da criança* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1975), 104. O mesmo princípio é aplicável ao consumo de alimentos: “deveis compreender que cada órgão do corpo deve ser tratado com respeito. Em questão de regime alimentar, deveis raciocinar da *causa para o efeito*”. Ellen G. White, *Conselhos sobre o regime alimentar* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1975), 113. Grifo nosso.

<sup>33</sup>White exorta: “continuai a ensinar vossos filhos quanto ao seu próprio corpo, e como dele cuidar. A indiferença com relação à saúde física, leva a indiferença no caráter moral”. *Orientação da criança*, 104. Mais à frente ela afirma: “crianças e jovens” são orientados a “estudar da *causa para o efeito* pelo ambiente e as circunstâncias da vida; todos os dias poderão conhecer algo que podem praticar que os elevará e enobrecerá, dando-lhes solidez ao caráter e neles fortalecendo aqueles princípios que são o fundamento de uma varonilidade e feminilidade nobres”. *Ibid.*, 336. Grifo nosso.

## Moral

A palavra provém do “latim, *morale*, relativo aos costumes”, e “*mos, moris*, costume”.<sup>34</sup> Outros sentidos de *mos* e *moris* são: (1) “modo de proceder (no aspecto físico ou moral) de acordo não com a lei, mas com os usos e costumes”, (2) “procedimento, comportamento”, e (3) “lei, regra, condição”.<sup>35</sup> Em grego, a palavra correspondente ao latim, *mos, moris* é *étikon*, ou seja, a “ciência dos costumes”, enquanto *étika* é o “tratado desta ciência”.<sup>36</sup>

Como o presente estudo está voltado para a visão bíblica da teologia e da ética do sexo, torna-se relevante examinar o uso de *morem* na Vulgata, bem como os seus correspondentes no hebraico, na Septuaginta e no português. A versão latina do AT utilizou *morem* para traduzir duas palavras hebraicas, *derekh* e *mishpat*. *Derekh*, indica “*um modo de viver ou agir*”,<sup>37</sup> e *mishpat* “justiça”, “direito”, “julgamento”, “lei”, “estatuto”, “a lei divina” e também “um modo, costume” a ser seguido.<sup>38</sup>

No NT, *morem* foi a palavra latina escolhida para traduzir o grego *etos*.<sup>39</sup> O estudo de *etos* indica que a sua utilização no NT aponta “para toda a lei cultural atribuída a Moisés”.<sup>40</sup> Na LXX, *etos* serviu para comunicar as noções de “hábito”, “uso”, “costume”, “ordenança cultural”, “lei”.<sup>41</sup>

<sup>34</sup>Evaldo Heckler, Sebald Back, e Egon R. Massing, *Dicionário morfológico da língua portuguesa* (São Leopoldo, RS: Unisinos, 1984), 3:2.800.

<sup>35</sup>Antônio G. Moreira, *Dicionário Latim-Português* (Porto, Portugal: Porto Editora, s.d.), 741. *Mos* e *moris* também comunicam a noção de “deveres e modos de proceder dos homens para com outros homens; corpo de preceitos e regras para dirigir as ações dos homens segundo a justiça”. Benjamin Auilo, ed., “*Moral*”, *Dicionário mor da língua portuguesa* (São Paulo: Livro’mor Editora, 1967), 3:1.518. Ver também Laudelino Freire, ed., “*Moral*”, *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa* (Rio de Janeiro: A Noite, 1943), 4:3.493.

<sup>36</sup>Isidro Pereira, *Dicionário grego-português e português-grego* (Porto, Portugal: Livraria Apostolado da Imprensa, 1957), 197.

<sup>37</sup>O sentido original de *derekh* é “caminho, modo, curso, no qual alguém vai ou segue”. Samuel P. Tregelles, ed., *Gesenius’ Hebrew and Chaldee Lexicon to the Old Testament* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1982), “*Derekh*”, 208. Ver também Herbert Wolf, “*Derekh*”, *TWOT*, 1:196-197.

<sup>38</sup>Robert D. Culver, “*Mishpat*”, *TWOT*, 2:948-949. Conferir o estudo exaustivo de *mishpat* em Tregelles, ed., ) 5 : / , 520.v

<sup>39</sup>O grego *etos*, português “costume”, está intimamente ligado com a palavra grega *éticos*, cuja tradução para o português normalmente é *ética*, mas cujo sentido real é “moral”. Heckler, Back, e Massing, *Dicionário morfológico da língua portuguesa*, 2:1.638.

<sup>40</sup>Herbert Preisker, “*Etos*”, *Theological Dictionary of the New Testament (TDNT)*, (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1964-1976), 2:372-373. Para uma melhor compreensão de *dat*, “ordem, lei” e sua relação com *etos* ver Ludwig Koehler, e Walter Baumgartner, “*Dat*”, *The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament*, trad., e ed., M. E. J. Richardson (Leiden, Holanda: E. J. Brill, 1994), 1:234. Ver também o sentido de *hoq*, “lei, regulamento”, no contexto de *etos*, em Koehler e Baumgartner, “*Hoq*”, 1:346.

<sup>41</sup>Preisker, “*Etos*”, *TDNT*, 2:372-373.

Em suma, a palavra *morem, mos*, seja etimologicamente, seja no seu uso secular, ou no seu uso bíblico, como tradução do hebraico *derekh e mishpat*, ou do grego *etos*, aponta para o comportamento humano baseado em códigos de leis ou costumes aceitos como válidos, enquanto moralidade é “o comportamento do homem, baseado na livre decisão perante a lei moral”.<sup>42</sup>

Sob a perspectiva bíblica, toda a conduta humana necessita orientar-se a partir do conjunto de leis prescritas por Deus.<sup>43</sup> Já a postura secular aceita os costumes como atitudes consagradas pelas tradições que se impõem às pessoas do grupo e se transmitem através das gerações,<sup>44</sup> ou seja, são atitudes populares, desincompatibilizadas de regras ou de códigos específicos.<sup>45</sup> Por outro lado, faz parte dos pressupostos cristãos a noção de que as leis divinas “são vistas como regras para a conquista de um bem que é procurado naturalmente por cada ser humano”.<sup>46</sup> Deste modo, a adesão humana à procura de um bem maior, através da sua livre escolha “perante a lei moral”,<sup>47</sup> desvenda o “clamor da própria moralidade, de que o presente não seja apenas projetado para o futuro, mas que um mundo novo e melhor seja criado”.<sup>48</sup>

O propósito moral da constante procura do bem é um destacado elemento do caráter de Deus, que visa a “tornar-nos melhores e de fazer-nos mais felizes em tudo que fazemos”.<sup>49</sup> Quando, voluntariamente, o homem aceita a vontade de Deus e se submete a Ele na procura do bem, está verdadeiramente refletindo a Sua imagem.<sup>50</sup>

---

<sup>42</sup>Walter Brugger, *Dicionário de filosofia* (São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1977), 279.

<sup>43</sup>Segundo Norman Wilde: “A lei é vista como uma regra de conduta que tem sua base na natureza ou na vontade de Deus, e não na natureza do homem ou nas conseqüências envolvidas na obediência ou desobediência à lei”. “*Moral Law*”, *ERE*, 8:833.

<sup>44</sup>Ferreira, “Costumes”.

<sup>45</sup>Freire, relembra que, costume é um “uso ou prática geralmente observada; jurisprudência baseada no uso e não na lei;... hábito”. Freire, “Costume”, 2:1.618.

<sup>46</sup>Wilde, “*Moral Law*”, *ERE*, 8:833. A título de definição, o bem consiste em, “qualidade atribuída a ações e a obras humanas que lhes confere um caráter moral. Esta qualidade se anuncia através de valores subjetivos (o sentimento de aprovação, o sentimento de dever) que levam à busca e à definição de um fundamento que os possa explicar... austeridade moral, virtude... felicidade, ventura... favor, benefício... utilidade, vantagem, proveito... convenientemente... com saúde... com perfeição... com justiça”. Ferreira, “*Bem*”.

<sup>47</sup>Brugger, 279.

<sup>48</sup>Donald Mackenzie, “*Libertarianism and Necessitarianism*”, *ERE*, 7:907.

<sup>49</sup>Mario Veloso, *Conversando com Deus* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1997), 272.

<sup>50</sup>O Comentário Bíblico Adventista afirma: “ele [o homem] deveria aceitar a vontade de Deus e submeter-se a ela, confiante de que alcançaria o bem como resultado”. *SDABC*, 1:225.

### Liberdade

Em virtude de sua própria natureza, a moral requer a presença da liberdade, enquanto a posse desta, implica num agir responsável. Já o conceito de liberdade envolve vários fatores, como a posse de conhecimento, porque “aumenta a capacidade de agir livremente”,<sup>51</sup> e também:

(a) ausência de coação humana ou restrição que impeça alguém de escolher uma alternativa que ele gostaria de escolher; (b) ausência de condições naturais que impeçam alguém de alcançar um objetivo escolhido; (c) a posse de meios ou poder para alcançar o objetivo que alguém escolheu pela sua própria vontade.<sup>52</sup>

### Responsabilidade

O termo latino *responsabilis* originou a palavra responsabilidade da Língua Portuguesa. Responsável, é aquele “que responde pelas suas ações ou pelas de outrem”.<sup>53</sup> Esta faculdade humana é uma conseqüência natural da liberdade de escolha concedida por Deus ao homem pelo fato de o criar a Sua imagem.<sup>54</sup> Tanto a liberdade, quanto a responsabilidade individual são pressupostos bíblicos (Ez 18:1-4).<sup>55</sup> Por este ângulo, a responsabilidade pessoal é entendida “como a condição necessária de justiça de uma pessoa receber o que ela merece”.<sup>56</sup> Assim, espera-se que uma pessoa venha a ser considerada como “moralmente responsável por algum ato ou ocorrência *x* se e apenas se, crê-se que ela (1) fez *x*, ou permitiu que *x* ocorresse; e (2) ter feito isto ou permitido que isto ocorresse livremente”.<sup>57</sup>

---

<sup>51</sup>P. H. Partridge, “Freedom”, *Encyclopedia of Philosophy (EP)*, (Nova Iorque: Macmillan Publishing Co., Inc. & The Free Press, 1972), 3:223.

<sup>52</sup>Ibid., 3:222. Evidentemente, há outros conceitos, como auto-determinação, onde liberdade é “uma atividade do sujeito que emana de si mesmo, e que não pode ser reduzida inteiramente à influência das condições”. Mackenzie, *ERE*, 7:905-906. Há o conceito hedonista, no qual liberdade é a “ausência de obstáculos para a satisfação dos desejos”. Partridge, “Freedom”, *EP*, 3:223. Nota: hedonismo é a “doutrina ou teoria ética segundo a qual o prazer deve ser considerado como o bem supremo, como o objetivo principal dos atos humanos”. Antônio G. da Cunha, “Hedonismo”, *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua brasileira* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982).

<sup>53</sup>Freire, “Responsável”, 5:4.427. Ver também Hamílcar de Garcia, ed., *Caldas Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (Rio de Janeiro: Editora Delta, 1964), 5:3.513.

<sup>54</sup>Conforme Shadworth H. Hodgson, “sem uma real liberdade de escolha não pode haver uma real responsabilidade moral”. Citado por David Fyffe em “Responsibility”, *ERE*, 10:739.

<sup>55</sup>R. Martin Pope, “Liberty”, *ERE*, 7:907.

<sup>56</sup>Arnold S. Kaufman, “Responsibility, Moral and Legal”, *EP*, 7:183.

<sup>57</sup>Ibid.

A responsabilidade também pode ser vista como “o senso humano de resposta por todos os atos do pensamento e da conduta”.<sup>58</sup> Como tal, a resposta exige um ser a quem ela é dada. Diversos pensadores afirmam que a resposta deve ser dada, à própria pessoa, ou ao próximo, ou a Deus.<sup>59</sup> Jesus Cristo aceitou o ponto de vista judaico de responsabilidade, o qual consistia essencialmente numa resposta a Deus.<sup>60</sup> Paulo, também, expressou sua posição sobre responsabilidade como resposta do homem, individualmente, a Deus: “cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus” (Rm 14:12). Em verdade, foi Jesus quem ampliou o sentido de responsabilidade, quando mencionou a parábola do bom samaritano (Lc 10:25-37), colocando toda a humanidade sob a obrigação da lei do amor.<sup>61</sup>

Depois de se haver discutido os itens “moral”, “liberdade” e “responsabilidade”, permanece a questão: que relação têm eles com o tema da imagem de Deus? Segundo Antônio Mesquita, a expressão “só tem paralelo no homem moralmente”.<sup>62</sup> Boice concorda com este aspecto moral da imagem de Deus no homem e salienta que isto inclui dois elementos: “liberdade e responsabilidade”.<sup>63</sup>

Em suma, quando o homem usa sua capacidade racional para avaliar todas as possíveis conseqüências dos seus atos e decide voluntariamente pela alternativa que, segundo as leis de Deus, promove o bem pessoal e coletivo, então, e só então, ele se

---

<sup>58</sup>Fyffe, “Responsibility”, *ERE*, 10:739.

<sup>59</sup>Ibid. Brunner discute a questão da responsabilidade humana perante Deus: “O homem é, e permanece responsável, qualquer que seja a sua atitude para com o seu Criador. Ele pode negar esta responsabilidade, pode fazer um mau uso desta responsabilidade, mas não pode se ver livre desta responsabilidade. A responsabilidade faz parte da estrutura imutável dos seres humanos, ou seja, a existência atual do homem, de cada homem, não apenas do homem que crê em Cristo - consiste no fato positivo de que ele foi feito para responder a Deus”. *Creation and Redemption*, II/56-57. De fato, logo após a desobediência de Adão e Eva, Deus questiona nossos primeiros pais, esperando deles uma resposta: “Onde estás?... Quem te fez saber que estavas nu?... Que é isto que fizeste?” (Gn 3:9, 11, 13).

<sup>60</sup>Fyffe, “Responsibility”, *ERE*, 10:740.

<sup>61</sup>Fyffe, amplia o conceito neotestamentário de responsabilidade dizendo que “com o senso de filiação na família de Deus e a alegria do favor divino, o peso da responsabilidade, tão fortemente sentido em todos os sistemas meramente morais, é grandemente facilitado. O amor torna leve a obrigação; o amor de Deus torna o dever um prazer. Nesta relação o jugo da filiação se torna leve, facilitando, também, a obrigação mais estrita. Aquele a quem Jesus liberta torna-se realmente livre (Jo 8:36). Ao conduzir os corações dos homens ao amor de Deus, de uma vez só Jesus aumentou o senso de responsabilidade e aliviou o seu fardo. O apóstolo S. Paulo demonstrou quão facilmente um filho de Deus empreende as suas obrigações morais na sua magnificente reivindicação da perfeita liberdade em Rm 8”. Ibid.

<sup>62</sup>Mesquita, 88.

<sup>63</sup>James M. Boice, *Genesis, an Expository Commentary* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1982), 1:78.

torna uma pessoa humana responsável, apta a responder pelos seus atos perante Deus.

### Imagem e Concerto Divino-Humano

A teologia do concerto “começa com Gênesis 1:1”,<sup>64</sup> fato recentemente confirmado por Niehaus.<sup>65</sup> Desde o princípio, Deus Se relacionou com os seres humanos através do modelo bíblico do concerto (também identificado pelos sinônimos “pacto” e “aliança”). Assim foi com Adão,<sup>66</sup> quando o fez representante da raça humana,<sup>67</sup> depois com Noé,<sup>68</sup> com o povo de Israel,<sup>69</sup> com a igreja cristã,<sup>70</sup> e o fará com a nova humanidade no lar eterno (Ap 21:3).<sup>71</sup> Este estilo de relacionamento pactual instituído por Deus rege, não apenas o convívio entre Ele e os homens como também o relacionamento dos membros da Trindade.<sup>72</sup>

---

<sup>64</sup>Dumbrell, 42.

<sup>65</sup>Para uma melhor noção sobre Gn 1 e 2 no contexto de concerto, ver Jeffrey J. Niehaus, *God at Sinai* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1995), 144-145.

<sup>66</sup>Diversos eruditos concordam com o fato de que Deus entrou em concerto com Adão logo após a criação, como Karl Barth, *Church Dogmatics* (Edinburgh: T. & T. Clark, 1960), III/I, 267, 273; Charles Hodge, *Systematic Theology*, 2 vols. (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1970), 2:121-122; Louis Berkhof, *Systematic Theology* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1974), 214-215; William J. Dumbrell, *Covenant & Creation* (Exeter, Inglaterra: Paternoster Press, 1984), 44. White também menciona a formalização de um pacto com juramento. *Patriarcas e profetas*, 56.

<sup>67</sup>Alguns teólogos questionam a nomeação de Adão como representante da espécie humana no concerto com Deus, como é o caso de Teixeira, 156-157. A dúvida é dirimida por Paulo, em Rm 5:12-21, onde ele conecta a doutrina da justificação pela fé com a “pressuposição de que Adão, como Cristo, era o cabeça do concerto”. Berkhof, 214.

<sup>68</sup>Para uma noção detalhada sobre o concerto com Noé ver Dumbrell, 11-43.

<sup>69</sup>Ver as considerações a respeito do concerto divino com Israel em, Milton, 120-184 e Dumbrell, 80-126.

<sup>70</sup>Este tema é desenvolvido por Milton, 210-222.

<sup>71</sup>A frase, “eles serão povos de Deus e Deus mesmo estará com eles”, em Ap 21:3, é uma referência a Ez 37:27, onde também o profeta menciona a “aliança de paz”, como uma “aliança perpétua” (Ez 37:26). Ver Steve Moyise, “The Old Testament in the Book of Revelation”, *Journal for the Study of the New Testament Supplement Series* 115 (1995): 106. Esta mesma frase de Ap 21:3 se constitui numa repetição da “fórmula do concerto do Velho Testamento”. Richard Bauckham, *The Theology of the Book of Revelation* (Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1993), 137. A frase também lembra Zacarias 2, onde o profeta declara que o Senhor Se reunirá com Seu povo em Jerusalém. Ver Eugênio Corsini, *O Apocalipse de João*, Grande comentário bíblico (São Paulo: Edições Paulinas, 1984), 375, que aplica Ez 40-48 e Zc 2:1 à “nova aliança”. Grifo nosso.

<sup>72</sup>Algumas evidências a respeito do convívio pactual da Divindade encontram-se em textos que expõem o plano de salvação, mediante declarações, como: “nos escolheu nele antes da fundação do mundo” (Ef 1:4), ou, o “sangue da eterna aliança” (Hb 13:20). Comentando Hb 13:30, White, utiliza

### As Bênçãos do Concerto da Criação

Por ser amor (1Jo 4:8), é que Deus concertou<sup>73</sup> criar o universo, o mundo e o homem.<sup>74</sup> Este amor se evidencia pela bênção da vida,<sup>75</sup> juntamente com as demais dádivas concedidas. O conjunto das bênçãos outorgadas serviam para revelar os misericordiosos propósitos de Deus, sendo que o principal era o de conviver em íntima comunhão com as Suas criaturas por toda a eternidade.<sup>76</sup> Dentre as bênçãos de Deus, o livre arbítrio ocupa um lugar de destaque. Sem ele, o homem não seria homem, mas apenas um animal dirigido por instintos.

### O Conceito de Amor

Por haver sido feito a imagem de Deus, ou seja, por ser racional, livre, responsável, o ser humano estava apto a amar seu Criador e aos seus semelhantes. Realmente, ter liberdade é o pressuposto básico para amar. A seguir, discutir-se-á a fundamentação bíblica do conceito de amor em sua relação com liberdade e responsabilidade.

A liberdade se caracteriza pela posse de poder e conhecimento, e também pela ausência de coação externa e de condições naturais que impeçam alguém de alcançar um objetivo escolhido. Não é difícil inferir, à luz desta conceituação, que os seres humanos foram criados com livre arbítrio. Mas, a bem da verdade, é necessário destacar que esta liberdade não é absoluta, mas limitada.<sup>77</sup> Somente Deus dispõe de liberdade absoluta,<sup>78</sup> porque só Ele é onipresente, onipotente e onisciente, ou seja, por Sua onipresença (1Rs 8:27; Sl 139:7-10) Ele “*transcende todas as limitações espaciais,*

---

as expressões, “concerto da misericórdia”, e “concerto eterno”, referindo-se à aliança entre Deus e Jesus Cristo, elaborada antes do pecado entrar neste mundo, em *SDABC* 7:934. Ver outra menção relevante de White ao concerto entre o Pai e o Filho, em *SDABC*, 6:1.070. Ver também Otto Weber, *Foundations of Dogmatics*, 2 vols. (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1988), 1:574; Barth, III/I, 50.

<sup>73</sup>Gottfried Quell afirma que “o conceito do amor é o principal fundamento de toda a teoria do concerto”. “*Agápe*”, *TDNT*, 1:27. Ver considerações adicionais de Quell sobre a presença do motivo do amor no concerto entre Deus e Israel no VT, às páginas 29, 33. Ver também a menção de amor ligado ao tema do concerto no NT. Ethelbert, Stauffer, “*Agápe*”, *TDNT*, 1:50.

<sup>74</sup>Conforme White, “o amor, [é a] base da criação e [da] redenção”. *Educação*, 16. Ver Schaeffer, *Genesis*, 59.

<sup>75</sup>Dietrich Bonhoeffer, *Creation and Fall* (Nova Iorque: Collier Books, 1959), 51.

<sup>76</sup>Diversos eruditos declaram que a comunhão do homem com Deus era o principal propósito da criação, como, Berkhof, 213, 215; Guerit C. Berkowuer, *Man: the Image of God* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1962), 114; Small, 44; Brunner, *Creation and Redemption*, II/173; White, *Educação*, 15.

<sup>77</sup>Fyffe, “*Responsibility*”, *ERE*, 10:739; Brunner, *Creation and Redemption*, II/56; Barth, III/I, 273; *SDABC*, 1:225; Walter Brueggemann, *Genesis, Interpretation* (Atlanta, GA: John Knox Press, 1982), 48.

<sup>78</sup>Brunner, *Creation and Redemption*, II/56.

mas está presente em cada ponto do espaço com a totalidade do Seu Ser”;<sup>79</sup> por Sua onipotência (Gn 18:14; Sl 115:3), Ele pode “realizar tudo o que a Sua vontade e conselho desejarem”,<sup>80</sup> e, por Sua onisciência (Jó 37:16; Is 42:9) Ele tem um conhecimento perfeito das coisas passadas, presentes e futuras.<sup>81</sup>

Ainda que disponha de liberdade absoluta, Deus decidiu limitá-la apenas a promoção da causa do bem. Voluntariamente, Ele escolheu não mentir (Nm 23:19), não pecar (Tg 1:13; 1Jo 3:5), não mudar (Tg 1:17) e não negar-se a Si mesmo (2Tm 2:13).<sup>82</sup> Esta auto-limitação da liberdade se origina na própria natureza de Deus, que é amor (1Jo 4:8), porque é próprio d’Ele abster-se do mal,<sup>83</sup> sim, porque em síntese, o amor é um princípio ativo que promove somente o bem.<sup>84</sup>

Devido a sua natureza comprometida unicamente com a causa do bem, o amor torna-se a fonte originadora da justiça<sup>85</sup> e do dever moral.<sup>86</sup> Sim, porque a própria “justiça é um bem”, e como tal, ela se torna uma “disposição para executar a lei”.<sup>87</sup> Para ser coerente com a Sua própria natureza, Deus estendeu ao homem o exercício

<sup>79</sup>Berkhof, 60. Itálicos originais.

<sup>80</sup>Ibid., 80.

<sup>81</sup>Ibid., 67. Quando fala de Deus no contexto da criação Barth afirma que, o “Todo-poderoso, é divinamente livre e amável” (III/I, 45).

<sup>82</sup>Berkhof, 80.

<sup>83</sup>White confirma o ato da renúncia como um princípio de amor originário em Deus: “À luz do Calvário se patenteará que a lei do amor que renuncia é a lei da vida para a Terra e o Céu; que o amor que ‘não busca os seus interesses’ tem sua fonte no coração de Deus”. Ellen G. White, *O desejado de todas as nações* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1979), 15.

<sup>84</sup>White apresenta a síntese do amor nestes termos: “a excelência e valor do puro amor consiste em sua eficiência em fazer o bem, e nada mais do que o bem”. 2 T, 135. Noutra aplicação deste princípio White, afirma: “O amor é um princípio ativo; ele preserva o bem das outras pessoas continuamente perante nós”. 5 T, 124. Por sua vez, Charles H. Dodd declara que “*agápe* (amor, ou caridade) é um bem energético e beneficente que de modo algum pode ser impedido de fazer o bem para o objeto amado. A princípio, ele não é uma emoção ou afeição; basicamente, é uma determinação ativa da vontade”. *Gospel and Law* (Cambridge, Inglaterra: The University Press, 1950), 42. Ver também, *SDABC*, 7:952. Stauffer afirma que o amor é um fator de decisão e ação. “*Agápe*”, em *TDNT*, 1:38, 44, 45.

<sup>85</sup>White assinala que, “a justiça é o fundamento de Seu trono, e o fruto de Seu amor”. *O desejado*, 733. Grifo nosso. Ela ainda declara que, a “justiça tem uma irmã gêmea que deveria estar sempre ao seu lado, a qual é Misericórdia e Amor”. *SDABC*, 3:1.149. Ver também *Orientação da criança*, 262; 4 T, 209, 363, 420.

<sup>86</sup>Conforme White, o “Dever tem um irmão gêmeo, o Amor; unidos eles podem realizar quase todas as coisas, mas separados, nenhum deles é capaz de promover o bem”. 4 T, 62.

<sup>87</sup>Ellen G. White, *O grande conflito* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1981), 467. Ferreira define-a como “conformidade com o direito”. Ferreira, “*Justiça*”. Freire complementa afirmando que justiça é a “virtude moral que inspira o respeito dos direitos de outrem e que faz dar a cada um o que lhe pertence”. Freire, “*Justiça*”, 4:3.094.

do princípio do amor, que, como estamos vendo, se auto-limita apenas ao bem (Gn 2:16, 17).<sup>88</sup>

Em virtude de haver sido criado perfeito, o ser humano não sofria qualquer tipo de limitação natural<sup>89</sup> que o impedisse de tomar decisões livres. Mas, quando confrontado com a natureza do seu Criador, percebe-se nitidamente que o ser humano era limitado quanto a disponibilidade de poder. Isto era consequência de sua própria condição, visto ser ele era uma criatura, pois como tal, não possuía vida por si e em si mesmo. Tudo o que ele possuía era proveniente do misericordioso Deus. Assim, a sua condição de criatura tornava-o um ser dependente de Deus, porque dependeu do Criador para vir a existir (Gn 2:7), e continuava a depender do alimento por Ele provido para continuar existindo (Gn 1:29; 2:9).<sup>90</sup>

Quando Deus e homem estão frente a frente se revela um contraste imenso. Deus é onisciente, enquanto o homem, por ser criatura, encontra-se limitado à posse de um conhecimento restrito ao seu presente e ao seu passado histórico. Já o seu futuro é-lhe completamente desconhecido.<sup>91</sup> Devido a esta limitação natural, o homem é incapaz de prever todas as consequências de suas decisões.<sup>92</sup>

Para manter-Se coerente com a Sua natureza de amor, Deus, que auto-limitou Sua liberdade somente ao bem, deveria igualmente estabelecer leis que limitassem a liberdade humana somente à promoção do bem. Isto porque a liberdade não tem condições de subsistir sem uma lei que a regule. Sem restrições, a liberdade

<sup>88</sup>Barth, III/I, 263-264; White, *Patriarcas e profetas*, 53. Ver também White, *História da redenção*, 40.

<sup>89</sup>White descreve a condição natural do homem antes do pecado: "As afeições eram puras; os apetites e paixões estavam sob o domínio da razão. Ele era santo e feliz, tendo a imagem de Deus, e estando em perfeita obediência à Sua vontade". *Patriarcas e profetas*, 28.

<sup>90</sup>Esta condição de criatura "não-autônoma" e "não-independente", que encontra sua glória na "dependência" e na "comunhão" com Deus, é desenvolvida por Guerrit C. Berkouwer, *Man: the Image of God* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1962), 114.

<sup>91</sup>Veloso contrasta a onisciência de Deus e a limitação humana. *Conversando com Deus*, 306.

<sup>92</sup>Dumbrell analisa semelhanças do homem com Deus, mas, também considera a limitação de Adão, determinada pela constante "incerteza a respeito dos temas perante os quais ele se deparasse", o que o colocaria numa "posição de desafio moral ao seu Criador", submergindo-o "numa vida de tensão e absoluta incerteza moral" (38-39).

<sup>93</sup>White, ao referir-se aos jovens, menciona o "inato amor à liberdade; desejam independência", em seguida, ela destaca que tanto a liberdade, quanto a independência "devem ser gozadas unicamente na obediência à lei de Deus. Esta lei é a preservadora da verdadeira independência e liberdade". *Educação*, 291. Ver também, Ferré, 69.

se torna uma ameaça à existência humana em amor<sup>94</sup> com Deus, com seus semelhantes e com a natureza, pela fatal exposição humana à possibilidade do mal.<sup>95</sup>

A ordem divina de não comer de não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal (Gn 2:17), aparentemente “arbitrário e neutro”,<sup>96</sup> não foi dado sem um motivo. Transmitido de maneira proposicional,<sup>97</sup> ele anunciou os resultados da transgressão.<sup>98</sup> A questão crucial era se o homem aceitaria voluntariamente se submeter a Deus, obedecendo a Sua ordem, ou se “seguiria a direção do seu próprio juízo”,<sup>99</sup> assumindo as consequências desse ato.

A ordem que estabeleceu liberdade com restrição. Como um teste<sup>100</sup> de amor, confiança e obediência responsável<sup>101</sup> ao Deus do concerto, a árvore do conhecimento do bem e do mal foi colocada pelo Senhor no centro do jardim do Éden (Gn 2:9),<sup>102</sup> com a expressa ordem de não comer do seu fruto.

A proibição divina levou Barth a fazer duas perguntas: “Por que havia uma porta aberta numa direção que estava fechada para o homem? Não teria sido melhor fechar esta porta ao invés de escrever uma proibição sobre ela?”<sup>103</sup> Se desejasse, Deus poderia ter deixado esta porta fechada, impedindo que o mal entrasse na história humana. Se o fizesse, porém, o homem não teria como exercer seu livre arbítrio.<sup>104</sup>

---

<sup>94</sup>Conferir com Schaeffer, *Genesis*, 60, 71. Ver também, Brunner, *Man in Revolt*, 104; *Creation and Redemption*, II/58.

<sup>95</sup>Tendo em mente o contexto de que a “lei é a preservadora da verdadeira independência e liberdade”, White defende que, a lei “nos aponta e proíbe as coisas que degradam e escravizam, e desta maneira proporciona ao que lhe obedece proteção contra o poder do mal”. *Educação*, 291.

<sup>96</sup>Berkhof, 217.

<sup>97</sup>Ver a definição de proposição à p. 88, acima.

<sup>98</sup>Schaeffer, *Genesis*, 73.

<sup>99</sup>Berkhof, 217.

<sup>100</sup>Este teste não seria permanente, mas só por um período de tempo. Conferir White, *Patriarcas e profetas*, 45; *História da redenção* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1973), 24; Hodge, 2:120; Dumbrell, 44; Schaeffer, *Genesis*, 75.

<sup>101</sup>White utiliza diversas expressões quando comenta a prova exposta pela árvore do conhecimento do bem e do mal, tais como: “prova de sua obediência e amor a Deus”, *Patriarcas e profetas*, 45; “prova de sua fidelidade a amor” (ibid., 49); prova de “responsabilidades” (ibid., 55); “garantia de sua obediência, fé e amor a Ele”, *História da redenção*, 24.

<sup>102</sup>White informa que “no meio do jardim, perto da árvore da vida, estava a árvore do conhecimento do bem e do mal”. *História da redenção*, 24. O contexto deixa claro que a citação de White se aplica ao período anterior ao pecado. Ver também Barth, III/I, 263; *SDABC*, 1:1.106.

<sup>103</sup>Barth, III/I, 263.

<sup>104</sup>Para uma noção sobre a maneira como se interligam razão, liberdade, resposta e diferença humana dos animais e de Deus, ver Brunner, *Man in Revolt*, 97-98. Schaeffer argumenta que é pelo

Em primeiro lugar, e, acima de tudo, a proibição de comer d'aquela fruto era uma indicação explícita de que somente Deus detém a prerrogativa de determinar o que é bom para o homem.<sup>105</sup> Por si mesmo, o homem não tem o discernimento que o habilite a exercer qualquer tipo de autonomia moral.<sup>106</sup>

Se, porventura, Deus entregasse o homem ao acaso de ilimitadas possibilidades de escolha, a par de sua natural incapacidade de prever todas as conseqüências morais de suas decisões e sem uma lei norteadora, este fatalmente acabaria por enveredar pelo caminho do mal. Desta maneira, a ordem que proibia o conhecimento do mal era um mandamento que fixava os limites do homem.

Sem o limite da lei, o homem não poderia ser verdadeiramente livre. Com isto em mente, conclui-se que, a própria liberdade, como o amor, necessita de leis que regulamentem o seu exercício.<sup>107</sup> Deste modo, a liberdade precisa ser regida pela lei divina do amor, que se limita a promover somente o bem. Assim, pois, a ordem, que, a primeira vista parece ser arbitrária, é, na verdade, uma maravilhosa revelação do amor de Deus para com o homem.<sup>108</sup> Com aquela proibição, o Senhor estava tomando providências

fato do homem ter livre arbítrio que ele pode amar, sendo exatamente isto o que o distingue dos animais. *Genesis*, 72. Ver também White, *Patriarcas e profetas*, 32 e Veloso, *Conversando com Deus*, 330.

<sup>105</sup>Veloso declara que "a ética que regia a Adão em seu lar edênico era simples. Em primeiro lugar devia saber quem definia o que era correto ou incorreto. Não era o homem mas Deus... Nunca foi plano de Deus que o homem determinasse os valores éticos. O homem é livre para escolher se aceita ou não seguir a conduta que Deus lhe pede, porém, a determinação dessa conduta, se é boa ou má, é assunto que está sob o domínio e soberania de Deus". *O homem uma pessoa vivente*, 63.

<sup>106</sup>W. Malcolm Clark discute em profundidade o uso de "bem e mal" nas Escrituras. Inicialmente ele analisa 1Rs 3:9, 11 e 28, e demonstra que a "a habilidade de discernir o bem e o mal numa dada situação judicial é vista como uma característica divina". "A Legal Background to the Yahwist's Use of 'God and Evil' in Genesis 2-3", *Journal of Biblical Literature* 88 (1969): 268. Baseado em 2Sm 14:17, 20, ele comenta o julgamento do rei como uma comunicação divina, onde a "decisão era basicamente a decisão de Deus". *Ibid.*, 269. Em seguida, trata de Gn 31:24, 29, onde o conhecimento que capacita Labão a não cometer qualquer mal contra Jacó é comunicado diretamente por Deus em sonhos. *Ibid.* Posteriormente, analisa as passagens de Jr 42:3, Gn 24:50, 2Sm 19:35. *Ibid.*, 272-273. Na conclusão do estudo afirma que, em Gn 2 a "ênfase não está no conteúdo do conhecimento, mas na autonomia moral do homem. O homem toma sobre si mesmo a responsabilidade de procurar determinar o bem e o mal separado de Deus". *Ibid.*, 277. O comentário *The Pentateuch*, editado por Hirsch, segue a mesma argumentação: "O ensino de que o homem deve reconhecer o que é bom e o que é mau, não pelo juízo dos seus próprios sentidos, ou de sua própria mente, mas pela aceitação da vontade de Deus, conforme lhe foi revelada, e que ele deve tomar tais juízos de Deus como o único guia de orientação a seguir". Samson R. Hirsch, ed., *Genesis, The Pentateuch* (Gateshead, Inglaterra: Judaica Press, 1989), 1:59. Ver também, Barth, III/I, 263.

<sup>107</sup>Ver a discussão a respeito em Bonhoeffer, *Creation and Fall*, 52-53.

<sup>108</sup>Para Barth, a graça de Deus era ilustrada conjuntamente pelas árvores da vida e do conhecimento do bem e do mal. III/I, 273. Bonhoeffer informa que "a proibição do Paraíso é a graça do Criador para a criatura". *Creation and Fall*, 53. Ver também Brunner, *Creation and Redemption*, II/60-61.

efetivas para protegê-lo<sup>109</sup> de qualquer mal, fechando a porta que poderia levá-lo a tomar uma decisão moralmente equivocada.<sup>110</sup> Em virtude de Sua própria natureza, Deus não queria que o homem conhecesse o mal por experiência própria,<sup>111</sup> mas apenas pela informação que Ele próprio lhe desse.<sup>112</sup> Deus não desejava que o homem experimentasse o mal com os seus funestos efeitos: “o trabalho fatigante, os cuidados, as decepções e a aflição, a dor e a morte”. Por isto, todo mal “foi-lhes amorosamente vedado”,<sup>113</sup> mediante a lei que lhe proibia o acesso àquela árvore.

O misericordioso propósito de Deus para o homem era que ele tivesse vida eterna,<sup>114</sup> mas para obtê-la, era necessário que o homem decidisse, por livre e espontânea vontade, abster-se do conhecimento experimental do mal. Surgem, então, questões cruciais: vai ele decidir confiar na sabedoria de Deus, à qual não tem acesso, a não ser pela revelação pessoal que o próprio Deus lhe faz? Vai ele decidir auto-limitar a sua liberdade, submetendo-se à lei do amor, que existe para promover somente o bem? Estaria ele humildemente<sup>115</sup> disposto a aceitar de livre e espontânea vontade a posição de súdito do concerto?<sup>116</sup>

Deus aguardava uma resposta moralmente correta do homem, que estivesse “em harmonia com a Sua vontade”.<sup>117</sup> A primeira condição para ser correta era a de

<sup>109</sup>Conforme Barth, “a maneira como foi revelada, a proibição era um ato protetor do Deus paternal” (III/I, 259). Por sua vez, Bonhoeffer reconhece um aspecto positivo na limitação da lei imposta por Deus: “Ele [Adão] sabe que o segredo deste limite e da sua vida encontra-se na proteção de Deus”. *Creation and Fall*, 56. No extenso estudo sobre amor, Quell afirma que no VT o amor é a “norma das relações sociais, destacando, desta maneira, a proteção da lei teonômica”. “*Agápe*”, *TDNT*, 1:25. Ver também Jerome T. Walsh, “Genesis 2:4 b-3:24: A Synchronic Approach”, *Journal of Biblical Literature* 96 (1977): 173.

<sup>110</sup>Veloso, *Conversando com Deus*, 272.

<sup>111</sup>Ver a exposição de Veloso, em *Uma pessoa vivente*, 62, sobre a questão experimental do conhecimento do mal.

<sup>112</sup>De modo sucinto, Schaeffer contribui para a compreensão do conhecimento do mal, em contraste com a informação que Deus dera a Adão e Eva sobre o mal. Ele também expõe a questão da onisciência de Deus, comentando I Samuel 23:9-29: “Deus sabia (e o disse a Davi) o que aconteceria se uma dada circunstância ocorresse, e ainda mesmo que a situação mudasse, e a circunstância nunca se concretizasse e o resultado nunca viesse a se concretizar”. *Genesis*, 72-73.

<sup>113</sup>White, *Educação*, 23. Ver a perspectiva de Barth a respeito (III/I, 259).

<sup>114</sup>Pela ordem de Gn 2:17, é “dito aberta e negativamente - que o homem viverá pela vontade de Deus”. Barth, III/I, 259.

<sup>115</sup>Para Barth a comunhão entre o homem e Deus dependia da humildade humana em livremente aceitar o direito divino de exercer controle moral (III/I, 265-266).

<sup>116</sup>Schaeffer, *Genesis*, 73-74.

<sup>117</sup>Brunner, *Creation and Redemption*, II/60.

que a resposta fosse dada em liberdade. Mas, para obter uma resposta livre do homem, Deus precisava persuadi-lo com argumentos convincentes, uma vez que este dispunha de capacidade racional por Ele concedida. Dentre a diversidade de argumentos, um estava excluído: a coação pela força. Deus só poderia persuadir o homem a responder livre e corretamente, utilizando a motivação do amor.<sup>118</sup> Isto Ele fez habilmente, através dos Seus dons de graça, tais como: a vida (Gn 2:9); os alimentos (Gn 1:19; 2:16); a procriação (Gn 1:18); a racionalidade,<sup>119</sup> que lhe capacitava a pensar proposicionalmente, comunicando-se com Deus e com seus semelhantes mediante o uso da palavra; o livre arbítrio (Gn 2:16, 17);<sup>120</sup> o descanso sabático (Gn 2:3); a limitação da liberdade humana<sup>121</sup> à promoção do bem;<sup>122</sup> a vida eterna condicionada a obediência a Sua lei; e, por fim, a disposição de receber o homem como Seu livre parceiro no concerto.<sup>123</sup>

Através da criação e das medidas preservadoras da vida humana, especialmente, através da lei que impedia o acesso do homem ao conhecimento experimental do mal, com suas funestas conseqüências, Deus tomara providências para garantir aos seres humanos vida eterna com qualidade total.

Evidentemente, Deus esperava que ao avaliar inteligentemente os Seus dons, o homem obtivesse um vislumbre das nobres qualidades do Seu caráter,<sup>124</sup> como amor,

<sup>118</sup>O princípio motivacional do amor é assim comentado por White: "O exercício da força é contrário aos princípios do governo de Deus; Ele deseja unicamente o serviço de amor; e o amor não se pode impor; não pode ser conquistado pela força ou pela autoridade. Só o amor desperta o amor". *O desejado*, 17. Conferir comentário paralelo em *Patriarcas e profetas*, 14, 24, 25.

<sup>119</sup>A principal vantagem de ser uma pessoa racional, conforme White, *Educação*, 15, consistia na habilidade de poder conhecer e compreender a Deus, o Seu caráter e a Sua criação, estando aberto à possibilidade de um contínuo e crescente aprendizado.

<sup>120</sup>Sim, o "homem verdadeiramente tinha o poder de escolher livremente obedecer, ou desobedecer. Ele não era (nem material ou psicologicamente) deterministicamente condicionado. Ele não fora programado". Schaeffer, *Genesis*, 75. White afirma que os anjos "contaram a Adão e Eva que Deus não os compelia a obedecer - que Ele não removera deles o poder de seguirem o contrário de Sua vontade; que eles eram agentes morais, livres para obedecer ou desobedecer". *História da redenção*, 30.

<sup>121</sup>Para Brunner, esta limitação da liberdade humana por Deus "é a essência do seu ser como homem", e o "verdadeiro propósito para o qual o homem foi criado", ou seja, para que ele "possa responder a Deus". *Creation and Redemption*, II/56. Por sua vez, Bonhoeffer destaca que Adão compreendeu a proibição e a ameaça de morte apenas como um dom, como "graça de Deus", de modo que o limite da graça, que se encontra no centro do jardim do Éden, torna-se a base da humanidade e da liberdade, que "sustém o homem sobre o abismo do não-ser". *Creation and Fall*, 53.

<sup>122</sup>Uma vez que "Deus é amor", Sua natureza, Sua lei, são amor", White, *Patriarcas e profetas*, 13; a ação do homem precisa ser orientada pela lei do amor divino, que se restringe a promover unicamente o bem.

<sup>123</sup>Barth, III/I, 273.

<sup>124</sup>White, relembra o desejo divino de que o ser humano Lhe preste um serviço de amor que brote de uma apreciação do Seu caráter. *Patriarcas e profetas*, 14.

justiça, sabedoria<sup>125</sup> e bondade. Deus lhe revelara Sua bondade através de “todas as coisas que eram boas para comer e agradáveis à vista. Em qualquer lugar que a vista repousasse havia abundância e beleza”.<sup>126</sup> Conseqüentemente, Deus aguardava que o homem motivado pelo sentimento de gratidão, respondesse com amor, fé e obediência responsável à proposta do Seu concerto.<sup>127</sup> Por sua vez, o amor é um “atributo celestial”, que “não se origina no coração natural”,<sup>128</sup> porque este amor “o homem não possui de si mesmo e em si mesmo. Ele recebe de Deus, que é amor”, como resultado da “recepção, da percepção, e da aceitação do amor de Deus”,<sup>129</sup> que se revela como um princípio ativo para a promoção exclusiva do bem.

Visto que, “o amor não pode existir por muito tempo sem se exprimir”,<sup>130</sup> que “unicamente o amor que se revela pelas obras é considerado genuíno”,<sup>131</sup> e, que, o amor “não é uma emoção ou um impulso, mas a decisão de uma vontade santificada”,<sup>132</sup> “Deus deseja de todas as Suas criaturas o serviço de amor”,<sup>133</sup> conjugado com o senso do dever moral, pois para ser justo, o amor requer o cumprimento do dever.<sup>134</sup> Assim, pois, quando o homem aceita e vive o binômio amor-dever, passa, então, a ser de

<sup>125</sup>Barth declara que Deus esperava que o homem confiasse na Sua sabedoria e na Sua justiça como a base da sua proteção (III/I, 266).

<sup>126</sup>White, *História da redenção*, 37.

<sup>127</sup>Segundo Brunner, o espírito de gratidão por parte do homem fazia parte da expectativa divina, como “resposta de um amor reverente, agradecido, manifestado não apenas por palavras, mas com toda a sua vida”. *Creation and Redemption*, II/57-58. A mesma resposta de gratidão era esperada por Deus no Seu concerto com Israel. Para maiores informações sobre gratidão e concerto ver Rad, *Teologia do Antigo Testamento*, 1:201, 204; Joaquim Salvador, “Alianças e Aliança no Antigo Testamento”, *Revista de Cultura Bíblica* 6 (1970), 8; Henry S. Gehman, “El Pacto, Fundamento de la Iglesia Cristiana”, *Vox Evangelii* (1959): 88; Eichrodt, 1:51. Ver também Weber, 1:574 sobre a resposta de amor que o homem deve dar a Deus.

<sup>128</sup>White, em *SDABC*, 7:952.

<sup>129</sup>Brunner, *Creation and Redemption*, II/58-59.

<sup>130</sup>White, *O lar adventista*, 107.

<sup>131</sup>Idem, *O grande conflito*, 491.

<sup>132</sup>Idem, *SDABC*, 6:1.100-1.101.

<sup>133</sup>Idem, *Patriarcas e profetas*, 14. Ver também Stauffer, “Agápe”, *TDNT*, 1:50.

<sup>134</sup>O sentido da correta ação humana deverá estar sempre voltado para o binômio amor-dever. Tome-se como exemplo o processo educacional: a teoria que parte do pressuposto de que o amor deve permitir qualquer atitude, e não coloca os limites da lei, acaba por promover o mal. Já a educação que só exige o cumprimento cego das normas da lei, sem demonstrar racionalmente os benefícios da lei, torna-se estéril e inócua. Por conseguinte, só a combinação de amor e dever promoverá a verdadeira educação. Neste contexto, a proibição de comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal também fazia parte do processo educativo idealizado por Deus para os seres humanos. Se Deus houvesse ficado apenas na proibição revelar-se-ia um tirano, mas como o amor divino é um princípio razoável, Ele apresentou um motivo para obedecer - a dádiva da vida eterna. Para uma discussão mais

fato a imagem de Deus, quando livremente submete o seu eu ao Tu do concerto,<sup>135</sup> atingindo, desta maneira o destino para o qual foi criado - viver numa permanente comunhão de amor responsável com Deus<sup>136</sup> e com seus semelhantes.<sup>137</sup>

Para que fosse correta, a resposta do homem, além do amor, deveria ter outra motivação - fé em Deus,<sup>138</sup> ou seja, fé no Seu amor, na Sua sabedoria, na justiça da Sua lei,<sup>139</sup> que lhe impedia o acesso à árvore do conhecimento do bem e do mal.

A confiança do homem na sabedoria divina era uma imperiosa necessidade a sua existência, visto ser ele uma criatura, e, em função disto, estar restrito apenas ao conhecimento do seu presente e do seu passado histórico. Quando saiu das mãos de Deus, Adão era "santo e feliz".<sup>140</sup> Ainda que perfeito, o homem era passível de desenvolvimento, pelo simples fato de ter sido criado, isto é, porque teve um princípio. A aquisição de conhecimento a respeito da natureza, de si mesmo e do Criador se daria mediante um processo contínuo de diálogo com Deus.<sup>141</sup>

Se, porventura, o Senhor permitisse ao homem o acaso de escolhas ilimitadas sem qualquer orientação de Sua parte, este estaria fatalmente condenado a enveredar algum dia pela senda do mal, e por fim, encontrar a morte, devido à inescapável ação da lei da entropia, que ocasiona inexoravelmente o desordenamento de todos os

abrangente sobre a interligação de amor com dever e ação moral ver, White, *O lar adventista*, 50, 307-308; Schaeffer, *Genesis*, 73; White, *Testimonies for the Church* (Mountain View, CA: Pacific Press Publishing Association, 1948), 4:62 (4 T 62) e Stauffer, "Agápe", *TDNT*, 1:52-53.

<sup>135</sup>Barth expõe que a "analogia entre Deus e o homem, é simplesmente a existência do Eu em confrontação com o Tu". Ele complementa, dizendo que, Deus "cria o homem como um parceiro que é capaz de entrar numa relação de concerto com o próprio Deus" (III/I, 185).

<sup>136</sup>"Ao conceder o livre arbítrio ao homem, Deus revelou a Sua vontade de manter uma sublime comunhão com o homem". *Ibid.*, 266.

<sup>137</sup>Ver a discussão ampla e detalhada sobre o tema da resposta do homem a Deus, no contexto de amor, fé-confiança, responsabilidade e comunhão, em Brunner, *Man in Revolt*, 96-99. À página 104 ele afirma que, quando o homem atinge o nível de uma "existência responsável", ele cumpre o propósito de Deus para a sua vida.

<sup>138</sup>Segundo White, "a fé opera por amor e purifica a alma". *Mensagens escolhidas* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1966), 1:374. Mas, em questão de ordem, o "amor toma a precedência da fé" (2 T, 36).

<sup>139</sup>Brunner, defende que, "sua atitude para com Deus determina o que você é. Se a sua atitude em relação a Deus é 'correta', em harmonia com o propósito da Criação, isto é, se em fé você recebe o amor de Deus, então você está correto; se a sua atitude para com Deus é errada, então você está errada, como um todo". *Creation and Redemption*, II/59.

<sup>140</sup>White, *Patriarcas e profetas*, 28.

<sup>141</sup>Idem, *Educação*, 14-15.

sistemas.<sup>142</sup> Por si mesmo, o homem não detinha o discernimento que o habilitasse a exercer qualquer tipo de autonomia moral, mas somente Deus, por ser onisciente, possuía a prerrogativa de determinar o que era bom para a espécie humana.

Se bem que a ordem transmitida pelo Senhor (Gn 2:16, 17), por um lado, fosse razoável, por conter um motivo declarado para obedecer,<sup>143</sup> que era o de preservar o bem da vida, por outro, Deus não explicara em detalhes no que consistia o mal a ser evitado. Ele dera apenas o seu resultado final, a morte. O sofrimento, a dor, a enfermidade e as aflições, como suas conseqüências diretas, foram-lhe veladas. Embora não tivesse uma completa explicação de Deus sobre em que consistia o mal, o homem deveria tomar a decisão de confiar e descansar na palavra de Deus,<sup>144</sup> pois “fé é a razão que se abre para aquilo que está além da razão”.<sup>145</sup>

Assim, pois, a lei divina (Gn 2:17) que limitava a ação humana somente ao bem, impedindo-lhe, conseqüentemente, o conhecimento experimental do mal, era de fato uma lei de amor,<sup>146</sup> uma lei indispensável à proteção da vida humana contra os efeitos nefastos do mal. A mesma lei que conscientizava o homem a respeito da sua limitada condição como criatura, também servia para levá-lo a reconhecer sua total dependência do Criador.<sup>147</sup> Enfim, a confiar n’Ele, já que fé também “é uma resposta racional à Palavra de Deus”.<sup>148</sup> De modo que, a síntese do propósito divino consiste em: “Creiam em mim, e mantenham-se no seu lugar como criaturas, não como alguém que é autônomo.

<sup>142</sup>Diversos pesquisadores aplicaram a entropia às ciências sociais. Por exemplo, a lei Albrecht: “inovações sociais tendem sempre ao nível do mínimo bem-estar tolerável”; primeira lei de Finagle: “se algo pode ir mal irá”; Murphy: “abandonadas a si mesmas, as cousas irão de mal a pior”. Orlando R. Ritter, *Estudos em ciência e religião* (São Paulo: Instituto Adventista de Ensino, 1978), 2:260.

<sup>143</sup>A ordem divina proibindo Adão de não comer da árvore não era o único mandamento que requeria obediência (ver Gn 2:28-30; 2:15-16; 2:24). Ela foi dada como um teste externo para conferir se Adão estava disposto a obedecer a Deus em todas as coisas. Sua obediência dirigia-se mais a Deus do que a sua própria razão. Hodge, 2:119.

<sup>144</sup>A fé na palavra de Deus era fundamental para a vida do homem, bem como para o relacionamento dele com Deus: “Ao comerem da árvore da vida Adão e Eva teriam a oportunidade de expressar sua fé em Deus como o mantenedor da vida”. *SDABC*, 1:223. Conforme Brueggemann, “nosso engano consiste em procurar uma liberdade *autônoma*. Aquela liberdade que não discerne os limites da vida humana tende a nos deixar ansiosos... A ansiedade surge quando duvidamos da providência de Deus (Mat. 6:25-33), quando rejeitamos o seu cuidado e procuramos assegurar o nosso próprio bem-estar. A morte resulta de nossa falha por não confiarmos em Deus. Confiar inteiramente a Deus a nossa vida é voltarmo-nos da autonomia do nosso ‘Eu’ para o ‘Tu’ do concerto, do bem-estar por nós fabricado, para o supremo bem-estar dos propósitos e dádivas divinas”. *Genesis*, 54.

<sup>145</sup>Brunner, *Man in Revolt*, 247. Ver Hb 11:1.

<sup>146</sup>White, *O grande conflito*, 468; *Patriarcas e profetas*, 13.

<sup>147</sup>Brunner, assim sintetizou a condição dependente do homem: “A verdadeira existência humana é existência no amor de Deus. Assim, pois, a verdadeira liberdade humana é completa dependência de Deus”. *Creation and Redemption*, II/58.

<sup>148</sup>Brunner, *Man in Revolt*, 246.

Creiam em mim e amem-me como uma criatura ama ao seu Criador, e tudo irá bem. Esta é a posição que eu lhes determinei”.<sup>149</sup>

Conforme foi discutido, Deus conferira ao homem os componentes que lhe permitiam operacionalizar uma resposta livre e moralmente correta, através dos dons da racionalidade e livre arbítrio. Ele também tomara suficientes providências, para despertar no homem o sentimento de gratidão pelas bênçãos recebidas,<sup>150</sup> e, assim, motivá-lo a responder-Lhe com amor<sup>151</sup> e fé. Contudo, para ser válida, a resposta deveria ser objetivamente expressa através da decisão livre e responsável<sup>152</sup> de obedecer<sup>153</sup> àquela ordem de se abster do fruto proibido, demonstrando, desta maneira, que ele era leal ao concerto com Deus.<sup>154</sup> Esta era a resposta que Deus aguardava receber do homem. Uma resposta de amor, fé e obediência responsável a Sua proposta do concerto. Enfim, uma resposta inspirada no próprio Criador, uma resposta que

<sup>149</sup>Schaeffer, *Genesis*, 72.

<sup>150</sup>Segundo Barth, o homem deveria cumprir a sua missão através de uma “gratidão consciente, que se expressasse na forma de decisão e obediência” (III/I, 263).

<sup>151</sup>Schaeffer reconhece que o amor ao Deus do concerto deveria motivar a obediência às estipulações do concerto. *Genesis*, 73-74. A mesma atitude era esperada do povo de Israel, porque, segundo Craigie, “se não houvesse amor, não poderia haver concerto”, de modo que “o amor deve ser uma resposta a Deus, proveniente do coração do homem”. Peter C. Craigie, *The Book of Deuteronomy*, The New International Commentary on the Old Testament (Grand Rapids: Eerdmans, 1976), 41, 42.

<sup>152</sup>De acordo com Brunner, “responsabilidade é uma liberdade *restrita*, a qual distingue a liberdade humana da divina; e esta restrição que também é *livre* - distingue a nossa liberdade humana limitada daquela referente ao resto da criação”. *Creation and Redemption*, II/56. Deus tencionava ter um parceiro de concerto responsável em relação a Ele. Barth, III/I, 184-185. Esta responsabilidade advinha não de uma intimação, mas de um dom, não da lei, mas da graça, em fim, do amor generoso, que em si mesmo consiste no amor responsável. Brunner, *Man in Revolt*, 104. Mesmo após o pecado, Deus continua a requerer uma ação responsável do ser humano. Brunner, *Creation and Redemption*, 56-57; Jürgen Moltmann, *Deus na criação* (Petrópolis, RJ: Vozes, 1993), 334. Isto é demonstrado pelas perguntas divinas: “Onde estás?” (Gn 3:9), “Quem te fez saber que estavas nu? Comeste da árvore que te ordenei que não comesses?” (Gn 3:11). Estas perguntas não foram formuladas pelo Criador porque Ele necessitasse de informação, “mas para fixar a responsabilidade do culpado par”. White, *História da redenção*, 39. Para uma noção abalizada sobre o tema da liberdade, interligado com amor e responsabilidade ver Brunner, *Creation and Redemption*, II/55-61.

<sup>153</sup>A promessa do concerto era vida eterna, mas, por sua vez, a promessa estava condicionada à obediência perfeita à lei de Deus, Berkhof, 216. Adão sabia que sua vida dependia de uma obediência inquebrantável a Deus, Bonhoeffer, *Creation and Fall*, 51. Contudo, a obediência do homem dependia do exercício da sua liberdade. *Ibid.* “Deixou [Deus] que como agentes morais livres cressem na Sua palavra, obedecessem a Seus mandamentos e vivessem”. White, *História da redenção*, 37.

<sup>154</sup>Schaeffer confirma que, “há uma condição no centro do concerto, uma condição de amor embasada em termos de obediência, colocando a criatura perante o Criador”. *Genesis*, 73-74. Weber desenvolve o tema do concerto como determinativo da imagem de Deus no homem, associando-o com o tema do amor: “Assim como o mandamento de Deus está fundamentado em Sua vontade que pactua, o seu conteúdo determinativo está no amor que responde ao amor de Deus... Ser/estar-fundamentado-em-Deus nunca poderá ser outra coisa senão ser-para-a-outra-pessoa” (1:574). Ver Barth, III/I, 273.

voluntariamente decidisse limitar sua liberdade apenas à prática do bem, pois é nisto que consiste o Seu amor.<sup>155</sup>

### A Quebra do Concerto da Criação

Por um determinado período, houve uma harmonia natural entre Deus e o homem, de modo que sua “mente era capaz de compreender as coisas divinas. As afeições eram puras; os apetites e paixões estavam sob o domínio da razão”.<sup>156</sup> Mas, atendendo aos falsos raciocínios, astuciosamente elaborados pela “antiga serpente, que se chama diabo e Satanás” (Ap 12:9), Eva e Adão deixaram de amar<sup>157</sup> e confiar<sup>158</sup> no onisciente e amoroso Deus, e tomaram uma decisão contrária a Sua

---

<sup>155</sup>Brunner habilmente explica como é possível ao ser humano responder a Deus: “Deus deseja possuir o homem como um ser livre. Não como um mero objeto de Sua vontade, como se fosse um refletor de Sua glória como Criador. Ele deseja de nós uma resposta ativa e espontânea, fruto de nossa reflexão; Ele que criou através da Palavra, quem com o Espírito cria em liberdade, deseja ter um reflexo, que é mais do que um reflexo, ou seja, uma resposta à Sua Palavra, um ato livre e espiritual, uma correspondência ao Seu falar. Apenas desta maneira poderia o Seu amor ser realmente compartilhado com amor. Pois o amor só pode ser compartilhado onde ele é recebido em amor. Por isto o coração da existência humana como criatura é liberdade, personalidade, ser um ‘Eu’, uma pessoa. Somente um ‘Eu’ pode responder ao ‘Tu’, somente uma Pessoa que é auto-determinada pode responder livremente a Deus”. *Creation and Redemption*, II/55-56.

<sup>156</sup>White, *Patriarcas e Profetas*, 28. Conforme indicado nesta citação, ter a imagem de Deus significa possuir percepção espiritual para entender as coisas divinas, sentimentos puros e instintos controlados pela razão; “paixões” em Ellen White, além de outros sentidos, também significa instinto sexual. *SDABC*, 2:1.031.

<sup>157</sup>White, *Patriarcas e profetas*, 45, 49. White assegura que “o amor precisa ser o móvel de ação. O amor é o princípio básico do governo de Deus no Céu e na Terra, e deve ser o fundamento do caráter cristão. Isto unicamente pode torná-lo e guardá-lo inabalável; habilitá-lo a resistir às provas e tentações”. *Parábolas de Jesus* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, s.d.), 49. Para Brunner a “separação de Deus, o pecado, é a perda de qualidade do verdadeiro ser humano, e a destruição da qualidade de ‘ser feito à imagem de Deus’. Quando o coração do homem não mais reflete o amor de Deus, mas a si mesmo e o mundo, ele não tem mais a ‘imagem de Deus’, que consiste simplesmente no fato de que o amor de Deus é refletido no coração humano”. *Creation and Redemption*, II/59.

<sup>158</sup>White diz que Eva “descreu das palavras de Deus, e isto foi o que a levou à queda”. *Patriarcas e profetas*, 48. O mesmo ocorreu com Adão, pois “faltou-lhe fé em seu misericordioso e benevolente Criador”. *História da redenção*, 36. Adão e Eva decidiram trocar de fonte de consulta moral. Em lugar do Deus do concerto escolheram uma serpente desconhecida: “nossos primeiros pais escolheram crer nas palavras, como pensavam, de uma serpente, ainda que esta não tivesse dado nenhuma prova de seu amor”. *Ibid.*, 37. É proveitoso lembrar as palavras de Paulo em Rm 14:23, onde ele declara que “tudo o que não provém de fé é pecado”. Ver também Weber, 1:571.

orientação (Gn 2:16, 17).<sup>159</sup>

Em suma, o pecado do homem consistiu:

Não no conteúdo do conhecimento, mas na autonomia moral do homem. O homem tomou sobre si próprio a responsabilidade de determinar o que era bom ou mau, independentemente de Deus. O fato de pecar não consistia em que antes o homem não tinha conhecimento, e, então, passou a ter conhecimento, ou que conhecer o bem e o mal significasse experimentar o mal em adição ao bem. Pelo contrário, o próprio homem declara o que é bom aos seus próprios olhos, ao invés do que é bom aos olhos de Deus.<sup>160</sup>

Na verdade, o pecado do homem foi uma falha em reconhecer o amor de Deus, expresso através da lei (Gn 2:16, 17) que limitava o exercício da liberdade apenas ao bem. Sim, o pecado se manifestou como uma arrogância rebelde que se nega a depender de Deus como a única fonte segura de orientação para a conduta humana.<sup>161</sup> De fato, o pecado consistiu na quebra do concerto e do mandamento por parte do homem.<sup>162</sup>

## Restauração da Imagem de Deus Através do

### Novo Concerto com Cristo

Após a entrada do pecado no mundo (Gn 3), os seres humanos tiveram uma redução de liberdade, em primeiro lugar, porque sucumbiram à coação externa exercida por Satanás, e em segundo, pela ação da concupiscência interior (Tg 1:13-15). Desde então, os seres humanos tornaram-se reféns de suas inclinações egoísticas.<sup>163</sup> Foi preciso que Deus tomasse uma iniciativa que auxiliasse os homens a superarem suas más inclinações. Isto Ele fez concedendo um aporte especial de Seu amor capacitador: “porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente.

<sup>159</sup>Ao avaliar a questão do pecado de Adão e Eva, Schaeffer assegura que, “não era o conhecimento como conhecimento que estava errado, mas a *escolha* feita contra o mandamento e a advertência do Deus de amor”. *Genesis*, 73.

<sup>160</sup>Clark, 277. Dumbrell corrobora a avaliação feita por Clark ao dizer que o pecado consistiu “numa recusa de se submeter ao governo moral de Deus, uma recusa em conhecer a Deus (Rom. 1:28)” (39). White também, informa que Eva estava enganada, porque ela “pensava ter capacidade própria para decidir entre o certo e o errado”. *História da redenção*, 36.

<sup>161</sup>Para um detalhamento ampliado sobre o tema do pecado ver também as considerações de Walsh, 177 e de Berkhof, 217.

<sup>162</sup>Segundo Weber, o pecado é um “comportamento irresponsável do homem, é o seu abandono do concerto” (1:571). Da mesma maneira Dumbrell reconhece que o pecado é uma “infração do concerto”. Dumbrell, 37.

<sup>163</sup>Em Rm 7:7-24, Paulo narra o conflito humano das duas naturezas, culminando com o grito desesperado de um escravo: “quem me livrará do corpo desta morte?” (v. 24). Felizmente ele conhece a solução, Jesus Cristo (v. 25) que pode libertá-lo das cadeias do pecado. Cf. Rm 8.

Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gn 3:15).<sup>164</sup>

Logo após o dilúvio, Deus refez Seu concerto com a humanidade através de Noé. Posteriormente, Ele entra em concerto com Abraão e com Israel. Tal como o primeiro concerto com o homem na criação, o concerto com Israel está fundamentado no amor e na fidelidade de Deus a Sua aliança (Dt 7:7-9). É neste contexto de concerto, que o amor e a fé na sabedoria de Deus aparecem como motivadores da obediência humana aos Seus mandamentos.

O sentido de amor no AT, hebraico *ahabh*, “pressupõe uma disposição interior concreta” e inclui uma “atitude consciente em favor da pessoa amada ou daquilo que é preferido”. Em última análise, o amor passa a ter uma “base sociológica (na verdade, sócio-ética)”.<sup>165</sup> Isto é válido não apenas para o israelita, mas também para os “estrangeiros, que se chegam ao Senhor, para o servirem, e para amarem o nome do Senhor, sendo deste modo servos seus, sim, todos os que guardam o sábado, não o profanando, e abraçam a minha aliança” (Is 56:6). Por conseguinte, “o amor a Deus deve ser expresso ativamente”<sup>166</sup> através da obediência (Jr 2:2).

É precisamente em tais obras de amor que o mandamento do amor pode ser visto na perspectiva correta, isto é, a atitude de amor torna-se em si mesma a norma. Portanto, o amor não é meramente uma exigência que o espírito humanitário faz ao homem, mas está enraizada na ordem divina de amar. Ao mesmo tempo, o sentimento de amor por Deus e a oração, “amo o Senhor porque ele ouve a minha voz e as minhas súplicas” (Sl 116:1), estão fundamentados na fé que o homem tem no amor ativo de Deus por ele.<sup>167</sup>

Por ocasião do novo concerto proposto por Cristo aos Seus seguidores, o amor, como princípio ativo que promove somente o bem, é restabelecido através das palavras, “amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai, sem esperar nenhuma paga”, tendo como modelo o próprio Deus, que “é benigno até para com os ingratos e maus” (Lc 6:35). Desta maneira, “o conceito do amor é o principal fundamento de toda a teoria do concerto”.<sup>168</sup>

---

<sup>164</sup>Comentando Gn 3:15, diz White: “É a graça que Cristo implanta na alma, que cria no homem inimizade contra Satanás. Sem esta graça que converte, e este poder renovador, o homem continuaria cativo de Satanás, como servo sempre pronto a executar-lhe as ordens. Mas o novo princípio na alma cria o conflito onde até então houvera paz. O poder que Cristo comunica, habilita o homem a resistir ao tirano e usurpador. Quem quer que se ache a aborrecer o pecado em lugar de o amar, que resista a essas paixões que têm dominado interiormente e as vença, evidencia a operação de um princípio inteiramente de cima”. *O grande conflito* (Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1975), 510.

<sup>165</sup>G. Wallis, “*Ahahb*”, *Theological Dictionary of the Old Testament (TDOT)*, (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1978), 1:105.

<sup>166</sup>*Ibid.*, 1:106.

<sup>167</sup>*Ibid.* Ver Stauffer, “*Agápe*”, *TDNT*, 1:38.

<sup>168</sup>Stauffer, “*Agápe*”, *TDNT*, 1:27. O apóstolo Paulo enuncia este mesmo princípio: “o amor não pratica o mal contra o seu próximo; de sorte que o cumprimento da lei é o amor” (Rm 13:10). Para um estudo exaustivo sobre amor no NT e sua interligação com fidelidade, livre decisão, dever e ação moral, num contexto de concerto, ler o artigo de Stauffer, “*Agápe*”, *TDNT*, 21-55.

Mediante a livre escolha do princípio do amor como motivação da vida prática, o homem pode recuperar a sua liberdade, concomitantemente com a recuperação da imagem de Deus, através de Jesus Cristo,<sup>169</sup> pois somente Ele é de fato a “imagem do Deus invisível” (2Co 4:4; Cl 1:15). A plena compreensão desta expressão só é atingida através d’Aquele que “entrou na forma envelhecida da imagem a fim de abri-la por dentro e aperfeiçoá-la”.<sup>170</sup>

A nova relação do crente com Deus, através do amor e da fé,<sup>171</sup> permite que em Cristo “o novo homem seja uma realidade, ‘n’Ele’ o homem seja imagem de Deus, porque n’Ele o concerto de Deus com o homem se concretizou”.<sup>172</sup>

Aquilo que o homem deveria ser, isto é, uma criatura não-independente e não-autônoma,<sup>173</sup> mas deixou de sê-lo por causa do pecado, foi recuperado pela submissão do Deus-homem, Cristo Jesus ao Pai (Jo 5:19, 30).<sup>174</sup> Deste modo, Jesus Cristo, mediante Sua vida terrena de contínua submissão à direção do Pai, torna-Se a consumação da imagem de Deus no homem, abrindo um novo caminho para o estudo da ética humana.

### Conclusão

O primeiro capítulo de Gênesis evidencia que a Trindade tomou parte ativa na formação do homem, criando-o conforme “à sua imagem” (Gn 1:27). Em parte, a expressão cumpre-se na forma física do ser humano. O sentido da expressão é ampliado pela habilidade de raciocinar, decidir e ser responsável, o que distingue o homem como um ser moral livre. Mas, a expressão “imagem de Deus” tem um sentido mais amplo: é também possuir a habilidade de entrar em relacionamento com Deus através do modelo ético-religioso do concerto.

Já está devidamente estabelecido que Gênesis 1 e 2 expõe o relacionamento de Deus com o ser humano segundo o padrão do concerto. Para motivar o homem a aceitar a proposta do pacto, Deus utilizou o argumento mais forte do universo, o amor. Este amor foi-lhe demonstrado através de vários dons: a vida, o maravilhoso ambiente

---

<sup>169</sup>O NT expõe inequivocamente que a verdadeira liberdade é provida pela pessoa de Cristo (Jo 8:34-36), que liberta a “humanidade do poder do pecado”. Pope, “Liberty”, *ERE*, 7:907.

<sup>170</sup>Balthasar, 6:102. Para uma noção ampliada do tema Jesus Cristo como imagem de Deus ver, Berkouwer, 89-118; Barth, III/I, 50, 201-205.

<sup>171</sup>Brunner, *Creation and Redemption*, II/58.

<sup>172</sup>Weber, 1:578.

<sup>173</sup>Berkouwer, 114.

<sup>174</sup>*Ibid.*, 108.

natural, os alimentos, o descanso sabático, etc. Deus esperava um “sim” repleto de gratidão à Sua proposta. O “sim” humano à proposta divina deveria, obviamente, incluir a aceitação do “não” divino, definido pela proibição de utilizar o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal.

Todo concerto inclui direitos e deveres, noutras palavras, privilégios, mas também obediência. A decisão do homem de não comer do fruto proibido dependia de uma condição fundamental: amar a Deus e ter confiança na Sua sabedoria. Embora não soubesse plenamente o porque do impedimento, era preciso descansar pela fé e aceitar que a perpetuidade da vida dependia da obediência incondicional àquela proibição.

Na verdade, aquele “não” de Deus ao fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal era um “sim” à vida! O “não” divino era uma expressão de graça que protegeria o ser humano do sofrimento e da morte. Por isto, o pecado humano consistiu na pretensa autonomia e independência de Deus. Contudo, é bom lembrar que o primeiro passo na senda descendente em direção à decisão equivocada de comer do fruto proibido consistiu em deixar de amar a Deus e confiar na Sua Palavra.

Quando Adão e Eva disseram sim à proposta do concerto divino, deveriam, a partir de então, viver em harmonia com a ética prescrita por Deus. Era Ele quem fixava até onde ambos poderiam ir, ou seja, os seus limites apropriados. A motivação para obedecer às orientações advindas das leis de Deus deveria partir do reconhecimento do amor, da bondade e da sabedoria de Deus ou seja da gratidão por aquilo que Deus é e faz.

O pecado alterou as relações entre o ser humano e Deus, mas não mudou o conteúdo da motivação correta do agir humano. Hoje, também, é preciso descansar pela fé no amor e na sabedoria das leis divinas. Tudo porque os “nãos” de Deus são de fato “sins” para a vida, e vida com qualidade total.

Esta reflexão sobre o tema imagem de Deus e ética está fundamentado no conceito do amor de Deus, que por definição é um princípio ativo que promove somente o bem. Por sua vez, o bem é devidamente especificado pelos princípios presentes no Decálogo escrito pelo próprio dedo de Deus em tábuas de pedra.

Por fim, é imperioso destacar que, a despeito do pecado, ainda somos portadores da imagem de Deus. Nosso pensar, nosso refletir e nosso agir deve ser norteado pelo princípio do amor que se limita apenas ao bem. Contudo, não podemos esquecer que, ainda que tenhamos uma noção do correto dever, a obediência aos princípios da lei de Deus (a lei do amor – Rm 13:8-10) só é possível através da contínua concessão do poder de Deus. Portanto, continuamos a depender de Deus para conhecer a Sua vontade e continuamos a d’Ele depender para poder obedecer.